

4/3

História: quais os objectivos globais do curso?

Para espanto de todos, continua a autorizar-se a abertura de cursos de História em universidades privadas (sabendo-se da existência de milhares de licenciados desempregados) onde o nível científico está muito longe de atingir o das universidades públicas e donde os licenciados saem com médias (que não tinham obtido sequer para ingressarem nas universidades do Estado) que lhes permitem concorrer com os demais em condições escandalosas e desleais.

forma. Nunca se mostra ao aluno como se chegou às conclusões que se apresentam. O manual é quase anónimo, isto é, nele são reunidas, misturadas e simplificadas teses e ideias de historiadores que têm por vezes perspectivas diametralmente opostas. Não quero discutir aqui a validade de tais opções, apenas desejo afirmar que a riqueza da História que hoje se faz advém-lhe fundamentalmente das variadas análises que uma mesma questão pode suscitar. Ora disso não têm que oportunidade de se aperceberem os jovens que ainda não frequentam as Universidades.

seu curso. Verifica, ao passar os olhos pelo plano das cadeiras, que, afinal, ao nível dos princípios gerais, nada mudou. Com efeito, adoptou-se um critério de tal maneira amplo que não chega sequer a ser um critério: propõem-se-lhe cadeiras que vão da Pré-História-aos-nossos-dias, com a pretensão suplementar de querer analisar todos os aspectos da vida de todos os tempos nas suas diversas vertentes (política, económica, social, cultural artística...).

Felizmente, à medida que as aulas se vão sucedendo, os alunos vão-se apercebendo que os professores verdadeiramente interessantes privilegiam, no interior por vezes de fronteiras cronológicas e geográficas bastante largas, as áreas que melhor conhecem, trabalhando-as com conceitos e ideias; outras vezes conseguem mesmo expor assuntos que correspondem às investigações que têm em mão na altura. Penso que é por esta via que as coisas resultam e o ensino se torna fecundo — existe uma efectiva transmissão de conhecimentos. Mas outros professores há — a quem por comodidade de expressão chamarei «desinteressantes» — que, sempre a pretexto da falta de bases e conhecimentos dos alunos, passam o ano debatendo (e exigindo a memorização!) datas e acontecimentos, adiando mais uma vez para um outro futuro (que para a maior parte das pessoas não existe) a problematização dos assuntos. É certo que hoje há ninguém é capaz de defender em público uma História dogmática e positivista, mas toda a gente sabe que ainda existem feudos praticamente intactos da nossa moderna historiografia onde ela é praticada. Desta segunda categoria de professores fazem também naturalmente parte aqueles que, com uma calma olimpica e um ar doutoral, vão resumindo obras gerais de divulgação ou até vulgares enciclopédias final-

mente, referir-se ainda nesta classe o grupo daqueles que os alunos nunca chegam a perceber porque razão dão aulas nas Universidades, pois, apesar de falarem imenso, nada têm a acrescentar nem a dizer a ninguém (e não se chega mesmo a ter a certeza se eles fazem alguma ideia do que estão a falar).

Se insistir nesta divisão em duas categorias, que de resto acho difícil de contestar, é porque penso que a partir dela se compreendem muitos dos problemas e ambiguidades fundamentais que caracterizam o ensino da História nas universidades portuguesas.

Orientações antagónicas

Esta coexistência de orientações antagónicas — e seria bom para o enriquecimento do curso que se tratasse apenas de perspectivas diferentes — acaba

por impedir um efectivo entrosamento das diversas cadeiras e dos vários anos (levando, por vezes, a repetições desnecessárias de assuntos ou à supressão de questões importantes). Nalguns casos, nota-se mesmo que não há a mínima possibilidade de diálogo entre os professores, o que faz, por exemplo, com que existam vários critérios de avaliação concorrentes, onde o grande prejudicado é o aluno.

Mas a ambiguidade mais importante é a que se relaciona com os objectivos globais do curso: ninguém parece saber, ao certo, se se pretende oferecer aos estudantes meios que lhes permitam mais tarde trabalhar em projectos de investigação ou, pelo contrário, se a ideia é formar professores do ensino preparatório e secundário. Parece-me que, apesar de tudo, a balança tende a pender para o primeiro caso. De facto, a maioria dos professores tenta que os seus alunos fa-

çam trabalhos de investigação histórica, acompanhando-os melhor ou pior em todos os passos, desde a recolha nos arquivos até à produção final dos textos. Na universidade, aliás, não há de todo cadeiras que preparem o aluno para mais tarde trabalhar no ensino (toda a gente sabe que nestes locais a pedagogia não existe nem chega sequer a ser mencionada). (*)

A prática leva, todavia, a esmagadora maioria dos licenciados que conseguem arranjar emprego, ou seja, uma pequeníssima percentagem do total, até ao ensino. Vistas assim as coisas, parecem ser mais realistas aqueles professores que defendem, embora inconfessadamente, um ensino linear e simplificado, uma vez que é esse que se pratica no ensino preparatório e secundário. O problema é que esta forma de ensino é rejeitada pela quase totalidade dos estudantes. Acho que existe um bom indicador do que acabo de dizer. Refiro-me à percentagem de assistência às aulas: enquanto que os professores que classificam de «desinteressantes» se queixam de terem poucos alunos nas suas salas, inferindo daí um desinteresse generalizado, os outros chegam, por vezes, a não ter espaço para tanta gente. Esta é uma forma de contestação talvez pouco ruidosa mas bastante significativa da opção feita pelos estudantes nos tempos que correm.

As universidades privadas

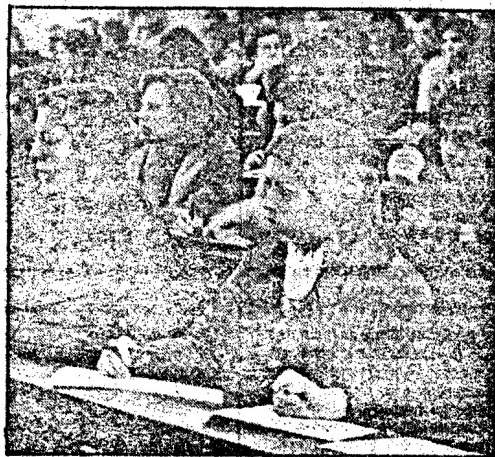
É evidente que quem tem que começar por resolver esta questão não são as universidades mas o Ministério da Educação e o Governo. Cabe-lhes a eles em primeiro lugar definir uma orientação. Mas, para espanto de todos, continua a autorizar-se a abertura de vários cursos de História em universidades privadas (sabendo-se da existência de milhares de jovens desempregados) onde o nível científico está

muito longe de atingir o das universidades públicas. E mais: saem dessas novas instituições licenciados com médias bastante elevadas (note-se que antes não tinham conseguido obter classificações que lhes facultassem o ingresso nas universidades estatais), concorrendo com os outros de uma forma absolutamente escandalosa e desleal.

Como se vê, o panorama para quem estuda e quer trabalhar em História no nosso país apresenta-se um tanto desolador. A medida que os anos passam, a realidade do desemprego, ou do emprego precário, torna-se cada vez mais nítida, levando necessariamente a um aumento de desinteresse de muitos alunos. Dir-se-ia até que só o puro amor à arte ou um certo distanciamto levam alguns deles a persistir no trabalho de uma forma afinçada até ao final do curso. De facto, esta sociedade de saber que lhe servem no imediato (desenvolvendo com a vida e com as coisas relações puramente pragmáticas) não parece ter necessidade da História — a não ser, é claro, quando se trata, de tempos a tempos, que o baído do nacionalismo precisa de ar.

Apesar de tudo o que foi dito, são ainda numerosos os jovens licenciados em História que não se amedrontam do curso que fizeram. E isto fundamentalmente porque tiveram a sensação, a vertigem (nas salas de aula, nos corredores, nas bibliotecas...) de se estar a operar neles uma verdadeira educação do olhar e do espírito. Diga-se o que se disser, existem entre nós óptimos professores, tão bons como os de outros países, e uma imensa bibliografia é colocada à disposição dos alunos. Tem decerto razão aqueles que afirmam ser a História uma ampla janela.

(*) Refiro-me às universidades que existem em Lisboa. Tanto quanto sei, em Évora, por exemplo, existe uma via de ensino, tendo o curso uma organização diferente.



Uma sociedade que só sente necessidade da História quando o baído do nacionalismo precisa de ar

Quer saber como se faz a História

Dizer-se hoje que, por exemplo, cada geração escreve a sua História de Portugal, ou que cada livro de História tem uma forte marca pessoal, uma assinatura e que é ela que lhe dá o seu valor, é uma banalidade incessantemente repetida. No entanto, são estes nomes que fazem correr muitos jovens às Universidades. (Ai desejem os estudantes encontrar, ouvir e ler, de uma forma mais próxima, as palavras daqueles que sabem ser os produtores dos textos historiográficos de que vagamente tiveram notícias no ensino secundário. Há, nesta perspectiva, um grande corte entre os dois níveis de ensino — passa-se do «saber coisas de História», ao «querer saber como se faz a História». (A este respeito, lembro-me que o professor da cadeira de Teoria das Fontes, da Universidade pública que frequentei, logo no 1.º Ano, convidava os seus alunos a lerem e a reflectirem sobre um livro de P. Veyne que se intitula justamente «Como se escreve a História»).

Mas, uma vez inscrito na Universidade, o estudante não poderá deixar de se espantar imediatamente com a organização do

Pensado de Anasalho licenciatura

Diário 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31